

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 005/CMPR/2025

DISPÕE SOBRE A
REGULAMENTAÇÃO NO
ÂMBITO DA CÂMARA
MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE
RONDONIA A APLICAÇÃO DA
LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 –
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE
DADOS PESSOAIS (LGPD) E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando que a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), instituída pela Lei Federal nº 13.709/2018, representa um marco fundamental para a proteção da privacidade e dos direitos dos cidadãos no contexto do tratamento de dados pessoais;

Considerando que a sua aplicação no âmbito público, incluindo a Câmara Municipal, é imprescindível para garantir que as informações pessoais de servidores, vereadores, cidadãos e demais titulares sejam tratadas com segurança, transparência e respeito, conforme os princípios legais estabelecidos;

Considerando que a crescente digitalização dos processos administrativos e legislativos demanda uma postura proativa da Câmara Municipal na adoção de medidas que assegurem a conformidade com a LGPD, incluindo a implementação de políticas claras, capacitação dos servidores e criação de mecanismos internos de governança que promovam a proteção dos dados pessoais, evitando riscos de vazamentos, uso indevido ou acessos não autorizados;

Considerando que a instituição do Comitê de Gestão de Dados, composto por membros estratégicos como Procurador Legislativo, Controlador Interno, Ouvidor, Secretaria Administrativa e Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), visa garantir a coordenação e fiscalização das ações relacionadas à proteção de dados pessoais, orientando, monitorando e avaliando o cumprimento da LGPD, promovendo uma cultura organizacional de responsabilidade e transparência no tratamento dos dados;

Considerando que a Câmara Municipal, ao assumir formalmente a responsabilidade pelo tratamento dos dados pessoais, reforça seu compromisso com a segurança da informação e o respeito aos direitos dos titulares, sendo essencial a indicação do Encarregado pelo Tratamento de Dados (DPO) como canal de comunicação com os titulares e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

Considerando a necessidade em assegurar os direitos dos titulares, como acesso, correção, anonimização e eliminação dos dados, garantindo que a Câmara Municipal atue em conformidade com a legislação e promova a confiança da população na gestão pública;



O Presidente da Câmara, no uso de suas atribuições legais, resolve:

- **Art. 1º** Este Ato regulamenta, no âmbito da Câmara Municipal de PRIMAVERA DE RONDONIA, a aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- **Art. 2º** A Câmara Municipal deverá adotar medidas técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais tratados em suas atividades, observando os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.
- **Art. 3º** Fica instituído o Comitê Gestor de Proteção de Dados (CGPD), órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, responsável por auxiliar na implementação, fiscalização e atualização das políticas de proteção de dados pessoais no âmbito da Câmara Municipal.
- **Art. 4º** O Comitê Gestor de Proteção de Dados será composto pelos seguintes membros:
- I Procurador Legislativo
- II Controlador Interno
- III Ouvidor
- IV Secretário (a) Administrativo (a)
- V Departamento de Tecnologia da Informação (DTI)

Parágrafo único. Os membros do Comitê serão designados por ato da Presidência, podendo ser substituídos em caso de impedimento ou vacância.

- **Art. 5º** Compete ao Comitê Gestor de Proteção de Dados:
- I Propor e revisar políticas internas de privacidade e proteção de dados pessoais;
- II Mapear e classificar os fluxos de tratamento de dados pessoais na Câmara;
- III Analisar e responder às demandas dos titulares de dados;
- IV Promover ações de capacitação e conscientização dos servidores sobre a LGPD;
- V Elaborar Relatórios de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, quando necessário;
- VI Sugerir medidas de segurança da informação e mitigação de riscos;
- VII Avaliar e propor adequações em contratos e instrumentos jurídicos que envolvam tratamento de dados pessoais;
- IX Prestar contas ao Presidente e à sociedade sobre as ações de proteção de dados.
- **Art. 6º** A Câmara Municipal é a responsável pelo tratamento dos dados pessoais no âmbito de suas atividades, na qualidade de Controladora, devendo assegurar que todas as operações de tratamento de dados pessoais, desde a coleta até o descarte, sejam realizadas em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD (Lei nº 13.709/2018), garantindo a proteção, a segurança e o respeito aos direitos dos titulares dos dados.



Art. 7º A Câmara Municipal deverá indicar formalmente o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO), responsável por atuar como canal de comunicação entre a instituição, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Art. 8º Os titulares dos dados pessoais tratados pela Câmara Municipal terão direito ao acesso, correção, anonimização, portabilidade, eliminação e demais prerrogativas previstas na LGPD.

Art. 9º O descumprimento das disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD (Lei nº 13.709/2018) sujeitará o agente público responsável às sanções administrativas previstas em lei, sem prejuízo da aplicação das demais sanções civis, penais e administrativas cabíveis.

Art. 10º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Primavera de Rondônia – RO, 16 de outubro de 2025.

ROGÉRIO BARBOSA RODRIGUES
Presidente 2025/2026

GILMARCOS JOSE PEREIRA
Vice – Presidente 2025/2026

DAIANE DE OLIVEIRA MELO 1º Secretário 2025/2026

ROBSON M. DE OLIVEIRA 2º Secretário 2025/2026

